

IDENTIDADES E FRONTEIRAS NA PENÍNSULA IBÉRICA MEDIEVAL NO OLHAR DA HISTORIOGRAFIA ATUAL

Andréia Rosin Caprino
Universidade Federal do Paraná
Mestranda em Cultura e Poder (Bolsista CAPES)
andreiarosincaprino@gmail.com

Resumo: No presente artigo, tratamos do tema das *identidades* e *fronteiras* inserido no contexto da Península Ibérica medieval, bem como falamos da historiografia a respeito. Essa última recebeu especial atenção, pois, embora não possamos dissociar o contexto e a escrita dele, nos interessa especialmente buscar entender as linhas de pesquisa utilizadas pelos autores, as maneiras como as ideias são articuladas e os métodos utilizados. Tudo isso excede o assunto histórico em si, e nos leva a refletir sobre nossos próprios estudos. A questão das *identidades* e *fronteiras* não possui espaço e temporalidade definida, sendo possível pensarmos nesses termos inclusive dentro do panorama histórico atual.

Palavras-chave: Identidades e fronteiras; historiografia; medievo.

Abstract: In this article, we look after the topic of identity and frontiers inserted in the medieval Iberian Peninsula context and talk about historiography. The latter received special attention because, although we can not dissociate the context and its writing, we are specially interested to seek an understanding on the research lines used by the authors, the ways in which the ideas are articulated and the methods used. All this exceeds the historical subject itself, and leads us to reflect on our own studies. The question of identities and borders has not a defined space and temporality, making it possible to think in those terms even within the current historical panorama.

Keywords: Identities and borders; historiography; Middle Ages.

Identidades e fronteiras:

Traremos alguns dos autores da atualidade brasileira, sul-americana e europeia, com produção em sua maioria dos últimos anos, que abordam direta ou indiretamente as temáticas relevantes de identidades e fronteiras e o diálogo entre povos distintos, voltando o olhar para fontes do período medieval.

Renan Frighetto, em “Identidade(s) e fronteira(s) na *Hispania* visigoda, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII)”, retorna ao passado clássico e helenístico para apontar a existência (ou tentativa de criação) de identidades. Num primeiro momento, isso pode parecer-nos óbvio, inclusive porque o título contém essa palavra no plural; entretanto, é ainda preciso no meio acadêmico o debate sobre a pluralidade, talvez principalmente no que tange às épocas antiga e medieval. É nesse sentido que percebemos alguns conceitos usados pelo autor, como *populus*, *ciues*, *barbari*, *gentes*, *princeps*, *rusticus*,

entre outros. Essas definições nos dão indícios de que a realidade antiga e tardo-antiga não era de forma alguma estática.

A partir daí, Frighetto estende suas observações ao espaço hispano-visigodo, tendo como principal base a obra do bispo Isidoro de Sevilha. A nível teórico, o hispalense elabora uma identidade goda e sueva pautada no catolicismo niceno e no passado romano, sob o nome de *Gothicae gentes*. Tais *gentes* estariam inseridas ainda num grupo maior, a *gens christianorum*, liderada pelo *princeps christianus sacratissimus*, o monarca hispano-visigodo, o qual deveria manter a unidade do reino através do consenso entre as diferentes esferas da sociedade. Tarefa difícil e de alto cunho ideológico.

No texto “A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular”, Fátima Regina Fernandes perpassa a questão da mobilidade fronteiriça entre Portugal e Castela, por meio de algumas figuras de nobres medievais. A noção de extraterritorialidade das fronteiras alude à ampliação da visão tradicional de fronteira física intransponível para a/a fronteira/s política e militar, em que os interesses pessoais muitas vezes preponderavam frente a um suposto sentimento de pertença por parte dos nobres ibéricos.

Aliado a isso, a autora desliza sobre a definição de “Estado”, em várias ocasiões visto como originado no contexto medieval do XIV. É claro que existe um processo histórico que leva posteriormente à criação dos estados modernos europeus, porém parece-nos claro que o artigo enfatiza a indispensabilidade em analisar cada momento e espaço de acordo com seu contexto. Buscar as “origens medievais do estado moderno” é transpor uma visão política e social posterior a um período em que predominavam laços pessoais, com uma lógica própria. Dispensar essa especificidade resulta na negligência em entendermos trajetórias individuais dentro de um panorama social maior, as relações entre nobreza e realeza, e impede nossa descoberta sobre fronteiras múltiplas do medievo.

Emilio Mitre Fernández fala sobre fronteiras em “La cristandad medieval y las formulaciones fronterizas”. Elas são identificadas como muito fluidas e para além de debates políticos, constituindo uma ‘realidade viva e cotidiana’. Nessa perspectiva, o autor faz uma revisão historiográfica e conceitual da chamada Reconquista, descrita como “...un gran proceso de colonización y organización del espacio” (FERNÁNDEZ, 1997:15).

Depreende-se de suas colocações que atualmente tendemos a enxergar a organização espaço-política de fronteiras de maneira estanque, e acabamos por transportar essa noção ao passado. Mitre nos adverte a respeito, indicando que havia no período medieval, e inclusive na antiguidade, mais migrações e mudanças do que estabilidade territorial. Além disso, sublinha o caráter multifacetado das fronteiras, ou melhor, das “zonas fronteiriças”: elas são políticas, espaciais, militares, espirituais e mentais. Tudo isso está imbuído na definição de “estar em frente a outro mundo”.

Identidades e fronteiras também estão presentes na abordagem de José Enrique Ruiz-Domènec, em “La frontera en la España medieval: una historia cultural”, ao frisar a singularidade da Espanha medieval enquanto espaço de encontros culturais, marcadamente receptora do islamismo. O autor trabalha em seus projetos com a cultura cavaleiresca, e isso aparece no texto em pauta; heróis e mitos nacionais são veículo de formação identitária, como, por exemplo, el Cid. Assim, a literatura da época, as obras narrativas, as crônicas, as canções de gesta, as novelas e o próprio imaginário social constituem áreas de fronteira, uma vez que a ‘vontade de conquistar’ influencia a elaboração escrita e vice-e-versa.

Com os apontamentos de Domènec - e não somente os dele, mas dos demais autores, fica-nos a impressão de que a fronteira (ou as fronteiras) é um espaço extraterritorial de delicada definição, ou seja, não é exatamente uma coisa nem outra, é uma mistura, um intercâmbio, constante mudança e, portanto, simultaneamente multifacetada e singular. Na realidade essa reflexão não é tão delicada assim, nós é que muitas vezes falhamos ao buscar categorias cristalizadas para embasar nossos estudos, porém a história é viva, e uma apreensão um pouco mais cuidadosa dos acontecimentos demonstra a inviabilidade em definirmos tudo com exatidão.

Isso nos leva a raciocínios mais ricos e a um melhor entendimento do que vêm a ser identidades, fronteiras, confluências culturais, etc. Conseguimos compreender mais profundamente populações de regiões fronteiriças; Domènec afirma: “*La sociedades nacidas en tierras de frontera fueron una característica común del paisaje de la España medieval*” (DOMÈNEC, 2011: 63), podemos pensar que esse aspecto é válido para outros espaços e temporalidades, também para os dias de hoje.

Tendo como fundamento esses primeiros textos, notamos a estreita relação entre identidades e fronteiras: uma necessita da outra. Seja no espaço greco-romano, na Reconquista ou depois dela, os homens sempre estiveram em busca de definições identitárias, o que de forma alguma excluiu os contatos contínuos entre as culturas. Inclusive é muito devido a eles que as diversidades apareceram. Encontramos no olhar de um historiador da tardo-antiguidade hispana (Renan Frighetto), uma historiadora do medievo ibérico (Fátima Fernandes), e os medievalistas José Doménec e Emilio Fernandez, este último com influência filosófica e filológica, temas que se tocam intimamente, apesar de suas diferentes abordagens contextuais e metodológicas.

Novos olhares sobre antigos conceitos:

Diego Melo Carrasco apresenta prismas recentes sobre a fronteira no capítulo “Algunas aproximaciones en relación con el espacio fronterizo entre Castilla y Granada (s.

XII-XV): espacio, instituciones, guerra y tregua”. Os estudos sobre esse assunto adquirem novas dimensões, afirma, muito devido à contribuição de arabistas, permitindo olhares renovados para a relação entre cristãos e muçulmanos em Al-Andaluz, por exemplo.

Os conflitos e interações entre esses grupos são um indício para o autor de que a fronteira é definida, em primeiro lugar, pelo elemento militar. Vinculado a tal aspecto, Carrasco retrata a fronteira da seguinte forma, aludindo a J. Martín:

La frontera se manifiesta siempre en relación causa-efecto con situaciones de diferenciación, de separación entre grupos humanos; es una barrera a veces física, administrativa, jurisdiccional, lingüística o comercial con una permeabilidad diferente en cada uno de esos aspectos según los lugares y la época, y sobre la cual repercuten de manera inevitable, aunque matizada por una larga serie de circunstancias, el conjunto de las relaciones entre dos sociedades vecinas. (CARRASCO, 2007: 70)

Com fundamento nas documentações, o autor defende as fronteiras como regiões ‘vivas’ e dinâmicas, de intercâmbios e convergência de civilizações, sem, no entanto, excluir a existência de diversas guerras em seus limites.

A respeito de querelas sobre a Reconquista, trata Francisco García Fitz em “La Reconquista: un estado de la cuestión”. A consolidação do termo deu-se na segunda metade do século XIX de acordo com a noção de identidade espanhola, na qual se buscava um passado comum às diferentes regiões. A terminologia fazia/faz referência a uma aparente retomada de territórios cristãos frente aos ‘infiéis muçulmanos’.

Fitz introduz vários autores que discutem sobre a questão da construção conceitual de *Reconquista* desde a época próxima de sua elaboração até utilizações contemporâneas. Há Claudio Sánchez Albornoz, para ilustração, que pensava esse fenômeno histórico como elemento chave para o entendimento da história espanhola, dentro da perspectiva nacionalista oitocentista. A ideia foi tão aceita que alcançou o século XX e forneceu legitimidade para a propaganda franquista.

Entre argumentos de estudiosos que criticam o uso do termo, Fitz comenta acerca da simplificação da ideia de *Reconquista* e até mesmo da negação desse conceito. Após discutir sobre as diversas conotações existentes que possui (expansão territorial, guerra justa, guerra santa, etc.), o autor se posiciona mais a favor do reconhecimento e consideração da multiplicidade de interpretações históricas sobre a *Reconquista* do que da extinção dessa denominação.

Em “Identidad y memoria en el oficio del historiador”, Flocel Sabatè define identidade como “*una manera de singularización respecto al colectivo diferente*”. (SABATÈ, 2012: 68), e corrobora para o afirmado acima no que tange à criação de um passado histórico para a formação de identidades, com base em Miguel León-Portilla:

La importancia del camino remite al punto de partida, aportando otro elemento muy recurrente en la conceptualización de las identidades: el origen. Numerosas culturas incluyen en su relato identitario una específica visión de sus propios comienzos. (SABATÈ, 2012:70)

Após discorrer brevemente sobre criações identitárias na Idade Média, período no qual é especialista, Sabatè exprime que “*A lo largo de la historia, los seres humanos han moldeado su identidad en función de un modelo comúnmente asumido bajo la idea que ha vertebrado la correspondiente cohesión social que remite a la memoria*”. (SABATÈ, 2012: 89).

Os três pesquisadores abordados propõem renovações sobre o olhar ao passado, mesmo com seus diferentes objetos e linhas interpretativas. Diego Melo Carrasco, através do viés cultural e institucional quando pensa na relação cristão-muçulmano na Espanha medieval, Francisco García Fitz ao problematizar a Reconquista, tendo a influência forte do aspecto militar, e Flocel Sabatè, principalmente no momento em que sugere uma convergência entre poder e espaço/identidade e memória como explicação para o processo histórico das sociedades.

Fronteiras identitárias entre cristãos e muçulmanos:

No texto “Definición de cruzada: estado de la cuestión”, Carlos de Ayala Martínez medita sobre o que é a cruzada, especificamente a primeira, tendo por princípio que antes de 1095 já havia tido convocações pelo Papa para a defesa da fé cristã. O que aconteceu nessa data foi uma chamada mais pontual por Urbano II, ampliando a participação de fiéis para a “imitação de Cristo”. Martínez levanta aspectos próprios da primeira cruzada (e única em sua visão), discute seu sentido espiritual, militar, moral, etc., e expõe um questionamento inovador (embora não tenha sido o primeiro ou o único autor a tratar disso) sobre o ‘lado muçulmano’.

De maneira geral, a cruzada se justificou pela luta contra os infiéis, porém isso depende do referencial; para o homem muçulmano, o infiel era o cristão. A despeito disso, Martínez indaga como os islâmicos interpretaram o *episódio*, ao que entende como agressão por parte dos cristãos em relação a eles. Contudo, o autor não destrincha o assunto, permanecendo nas cruzadas não oficiais situadas na Península Ibérica.

Outro conceito importante discutido é o de *jihad*, com Alejandro García Sanjuán, em “Bases doctrinales y jurídicas del jihad en el derecho islámico clásico (siglos VIII-XIII)”. Com alicerce nas próprias fontes árabes clássicas e pouco posteriores, o autor problematiza o habitual entendimento de *guerra santa* ligada ao terrorismo, e amplia apreensões genéricas

ao campo de uma pesquisa mais direcionada e esclarecedora quanto ao pensamento islâmico.

Uma vez mais, vemos a tentativa de um estudioso em relativizar estereótipos no que toca ao “oriental”, “bárbaro”, “infel” ou “terrorista”. A tarefa, por outro lado, não reside em apontar o muçulmano como bonzinho ou justificar seus maus atos, porém é preciso conhecer o “outro lado”, o que nos dizem as fontes dali provenientes e entendê-las em seu contexto. É nessa percepção que Sanjuán evidencia:

[...] Por ello, no cabe duda de que, para el historiador, mucho más que las “anatomías coránicas” realizadas en el presente por parte de lectores mejor o peor intencionados y más o menos especializados, lo auténticamente relevante es captar la forma en que los propios musulmanes han entendido, a lo largo del tiempo, las referencias fundamentales de sus creencias. Lo importante, entonces, no es tanto lo que el Corán estipula como lo que los musulmanes creen y afirman que ordena, ya que, si bien el texto revelado es único e invariable, sus fieles no lo son [...] (SANJUÁN, 2009: 249).

O autor termina o texto dizendo que alguns especialistas têm visto a relação entre cristãos e muçulmanos no medievo de forma “pouco otimista”, pois “*Aunque la guerra no es la única forma de relación con los no musulmanes, ni siquiera a nivel teórico, la doctrina del jihad permanece como ideal que condiciona las actitudes*” (SANJUÁN, 2009: 268). Sabendo que há estudiosos que questionam a tolerância e coexistência desses dois povos, temos que nos voltar com mais afinco às argumentações de Carlos de Ayala Martínez e Diego Melo Carrasco, entre outros, quanto ao convívio e trocas culturais. Não podemos afirmar a constante tolerância e flexibilidade intercultural, se não cairíamos no mesmo engano com a opinião oposta, contudo precisamos reafirmar a existência de acordo e diálogo em diversos momentos ao longo da Idade Média, e não somente nela.

María de la Paz Estevez é outra autora que ocupa-se da ligação entre cristãos e muçulmanos, no texto “La conquista de Toledo en 1085. Génesis y desarrollo de una frontera a través de sus fuentes”, incitando que entendamos o espaço mediterrânico de fronteiras para além das relações interculturais pacíficas ou violentas. O texto parte de um fato - a conquista ou tomada da taifa de Toledo no ano de 1085, inserida em um contexto maior de contatos e conflitos entre cristãos e muçulmanos, para então analisar como eram suas relações, conforme aparecem descritas em crônicas do período.

Parece-nos que o enfoque dado por Estevez é a observação das transformações dessa época segundo o estudo de fronteiras enquanto território, culturas e identidades, tendo como base metodológica primeiramente a historiografia, e em seguida fontes de cronistas latinos e árabes. Sua abordagem é didática e bem elaborada e nos possibilita

entender que muito da ‘separação’ entre cristãos e muçulmanos resulta da própria historiografia.

As fontes e a história:

O trabalho de Enrique Rodríguez-Picavea “Diplomacia, propaganda y guerra santa en el siglo XIV: la embajada castellana a Aviñón y la elaboración del discurso ideológico” delinea o reinado de Afonso XI (1325-1350) através da propaganda e ideologia presentes nas fontes *Crónica de Alfonso XI*, *Poema de Alfonso Onceno* e *Gran Crónica de Alfonso XI*, as quais legaram uma visão do monarca à posteridade.

As argumentações de Picavea são pertinentes, uma vez que aborda o tema em consonância com seu contexto: fortalecimento do poder real, exílio de Avignon, etc., e com uma positiva apreensão no espaço e poder, entretanto o autor deixa um pouco a desejar no que se refere à presença de discussão historiográfica. Ainda assim, o artigo nos é importante na medida em que viabiliza a reflexão sobre assuntos como o papel de Afonso enquanto líder cristão frente ao Islã, tema rico para nós aqui.

Avançamos temporal e espacialmente com Flocel Sebaté em sua redação “Fin del mundo y nuevo mundo. El encaje ideológico entre la Europa medieval y la América moderna en Nueva España (siglo XVI)”. Nela, o autor se reporta a uma mentalidade medieval (mais especificamente, de fim do medievo) que é transmitida ao Novo Mundo, com ênfase no elemento religioso. A expansão da fé cristã por parte dos ‘europeus’ aos nativos/incrédulos seria um motivo elementar para a conquista das novas terras.

Tal asserção não é um erro, porém não é uma máxima, já que é inviável interpretarmos que todos os agentes desse empreendimento colonizador possuíam as mesmas justificativas e objetivos para sua atuação. Além disso, o aspecto religioso é fundamental para o período transitório entre a medievalidade e a modernidade, todavia está longe de ser o único ou até mesmo o principal.

Com as colocações de Aires A. Nascimento em “Traduzir, verbo de fronteira nos contornos da Idade Média”, mergulhamos no âmbito textual. O padre, filólogo e linguista português manuseia críticas de textos medievais, e especialmente no capítulo presente, discorre no que concerne ao tradutor Leonardo Bruni Aretino, século XV. De maneira geral, Nascimento apresenta intrigantemente as dificuldades do campo da tradução, sua relação com as fontes originais, as traições existentes, entre outras coisas. Na seguinte passagem, encontramos resumidamente sua visão a respeito:

Temos assim definido um quadro relativamente largo e complexo dos problemas da tradução: de um lado, a afirmação de respeito pelo original a que sempre importa voltar [...]; do outro lado, a defesa da tradução como processo destinado a garantir um produto de língua simultaneamente dependente e autônomo, que, no

limite dos seus objectivos, tende a produzir os mesmos efeitos informativos e estéticos que o texto de origem, abrindo assim a muitos o que uma expressão estranha lhes recusava. (NASCIMENTO, 1997:135)

Mais que interessante, a afirmação do autor é imprescindível ao estudioso da história para um melhor entendimento sobre a produção de documentos, sua transmissão e trajetória e, conseqüentemente, para a parceria historiador-objeto de pesquisa. Por outro lado, é necessário que haja contextualização de qualquer fonte trabalhada, pois o escrito em si pode levar a conclusões equivocadas.

Encontramo-nos novamente com José Enrique Ruiz-Domènec, agora para falar um pouco acerca do ofício do historiador da Idade Média no texto “Medievalistas del siglo XX”. O autor propõe um alcance do conhecimento histórico a um público mais amplo, através de uma renovação da narrativa. Alguns dos obstáculos apontados sobre o abarcamento de tal saber são: “*Brillantes o no, los temas de estudio del medievalista pertenecen a una reducida minoría que gusta de la época y de sus problemas*” (DOMÈNEC, 2011: 291) e “*Parece existir un vínculo secreto entre el exceso de teoría y la desafección del público por la historia medieval, entre el desprecio a la narración y la crisis epistemológica del medievalismo fin del siglo*”. (DOMÈNEC, 2011: 304-305).

As inquietações de Domènec são também as nossas. É claro que o historiador almeja atingir uma comunidade maior por meio de escritos substanciais e interessantes. Concordamos com ele quando diz “...*la investigación no es un objetivo en sí mismo, sino un recurso para mostrar a la sociedad como era su pasado...*” (DOMÈNEC, 2011: 307), no entanto nem sempre relatos intrigantes e desfechos amarrados fornecem bons conteúdos. Essa prática talvez até mesmo limite o fazer da história. Seria isso uma *fronteira* entre a academia e a sociedade como um todo? Um primeiro passo pode ser nos tornarmos entendíveis entre os nossos...

Esses últimos textos mencionados podem nos auxiliar na tarefa. Pensarmos sobre os aspectos ideológicos de determinada fonte histórica, bem como do escrito em si, na sua hermenêutica e lógica linguística, e buscarmos a mentalidade e imaginário social de certo contexto, junto à transcendência de ideias entre culturas através do tempo, são ingredientes-chave para a aproximação à *realidade* histórica.

Conclusões parciais:

Tendo em vista representantes aqui apontados de um tema tão precioso à história, nossa reflexão final não pode ser outra que não a de declarar a complexidade de fronteiras e identidades ao longo de toda a Idade Média. A alegação disso pode transparecer um tanto imprecisa a quem necessita de respostas constantes e terminais; para nós, ao contrário, a

vivacidade historiográfica reside não apenas em “descobertas” e explicações, como igualmente na mudança, na dúvida, na problematização. Cremos que os textos apresentados concordam nesse aspecto, pois eles mesmos demonstram a pluralidade de opiniões e interpretações, tanto para *o que* estudam quanto para *como* o fazem, além do próprio lugar do qual falam - há estudiosos brasileiros e estrangeiros.

Qual a importância em apanhar um recorte cronológico que vai desde o século VII (com referência ao passado greco-romano) e chega ao século XVI, extrapolando para o ofício do historiador contemporâneo, e excedendo a espacialidade ibérica? Com certeza a intenção não é somente evidenciar um elemento estrutural que perpassa períodos históricos e territórios geográficos. A abordagem do tema de identidades e fronteiras excede as fronteiras históricas e nos alcança. A mobilidade delas no passado nos ajuda a refletir sobre sua flexibilidade hoje. É razoável afirmar que estar “em frente a outro mundo” é também estar nele, já que as identidades não são impermeáveis.

Precisamos ultrapassar o vislumbre dos ‘mil anos medievais’ de guerras, conquistas territoriais, desacordos religiosos e desavenças políticas. Em meio às Cruzadas, à Reconquista, etc., houve coexistência e até mesmo dependência entre diferentes culturas/povos. Entra aí a importância das fontes, na revisão delas a partir de novas perguntas e impasses. Aí deve aparecer o diálogo.

Bibliografia:

CARRASCO, Diego Melo. Algunas aproximaciones en relación con el espacio fronterizo entre Castilla y Granada (s. XII-XV): espacio, instituciones, guerra y tregua. in: *Instituições, poderes e jurisdições*. Curitiba: Juruá, 2007.

DOMÈNEC, José Enrique Ruiz. La frontera en la España medieval: una historia cultural. In: *Entre historias de la Edad Media*. Ed. Almudena Blasco. Granada: Univ. de Granada, 2011.

DOMÈNEC, José Enrique Ruiz. Medievalistas del siglo XX. In: *Entre historias de la Edad Media*. Ed. Almudena Blasco. Granada: Univ. de Granada, 2011.

ESTEVEZ, María de la Paz. La conquista de Toledo en 1085. Génesis y desarrollo de una frontera a través de sus fuentes. In: *¿Qué implica ser medievalista? Prácticas y reflexiones en torno al oficio del historiador*. Mar del Plata: Univ. De Mar del Plata, Sociedad de Estudios Medievales, 2012. v.2.

FERNANDES, Fátima Regina. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. In: *En la España Medieval*. Madrid: Univ. Complutense de Madrid, 2005 v. 28.

FERNÁNDEZ, Emilio Mitre. La cristandad medieval y las formulaciones fronterizas. In: *Fronteras y fronterizos en la Historia*. Valladolid: Instituto de Historias Simancas, Univ. de Valladolid, 1997.

FITZ, García. La Reconquista: un estado de la cuestión. In: *Clio & Crimen*, nº6, 2009, p.142-215.

FRIGHETTO, Renan. Identidade(s) e fronteira(s) na *Hispania* visigoda, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII). In: *Identities e Fronteiras no Medievo Ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.

MARTÍNEZ, Carlos de Ayala. Definición de cruzada: estado de la cuestión. In: *Clio & Crimen*, nº6, 2009, p.216-242.

NASCIMENTO, Aires A. Traduzir, verbo de fronteira nos contornos da Idade Média. In: *O Género do texto medieval*. (Coord.) Cristina Almeida Ribeiro e Margarida Madureira. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

PICAVEA, Enrique Rodríguez. Diplomacia, propaganda y guerra santa en el siglo XIV: la embajada castellana a Aviñón y la elaboración del discurso ideológico In: *Anuario de Estudios Medievales*, 2010, p.765-789.

SABATÈ, Flocel. Identidad y memória em el oficio del historiador. In: *¿Qué implica ser medievalista? Prácticas y reflexiones en torno al oficio del historiador*. Mar del Plata: Univ. De Mar del Plata, Sociedad de Estudios Medievales, 2012. v.1.

SABATÈ, Flocel. Fin del mundo y nuevo mundo. El encaje ideológico entre la Europa medieval y la América moderna en Nueva España (siglo XVI). In: *Conferencias Divulgata*. Instituto nacional de Antropología e Historia, nº4, 2011.

SANJUÁN, Alejandro García. Bases doctrinales y jurídicas del jihad en el derecho islámico clásico (siglos VIII-XIII). In: *Clio & Crimen*, nº6, 2009, p.243-277.

Recebido em: 19/02/2016

Aceito em: 05/07/2016